

ACTA Nº 18

Acta da Sessão Ordinária do dia 23 de Abril de 2004

-----Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Doutor Mário Júlio Almeida Costa, secretariado pelo senhor Manuel da Rocha Pereira e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Cármina Furtado, Licínio Ramos, Manuel Mourão, Maria Odete Neves e Rui Santos. -----

----- Justificaram a falta os senhores deputados: Cármina Furtado, que foi substituída pelo senhor Décio Cardoso; Licínio Ramos, que foi substituído pelo senhor Manuel Bertolino Reverendo; Manuel Mourão, que foi substituído pelo senhor Silvino Corticeiro; Rui Santos, que foi substituído pelo senhor André Pinho. O senhor deputado Joaquim Plácido, que tem o mandato suspenso, foi substituído pelo senhor Silvério Regalado. -----

----- Da parte do executivo estavam presentes o senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Cruz, e os senhores vereadores Mário Reis Pedreiras, Dr. Jorge Simões, António Graça, Dr. Paulo Neta e Álvaro Rosa. -----

----- Passou-se então à aprovação das actas das sessões anteriores. Os senhores deputados Elisabete Cardoso e Tony Almeida fizeram propostas de correcção, que foram prontamente efectuadas. Com estas emendas, foi a acta número dezasseis aprovada com zero votos contra e três abstenções e a acta número dezassete aprovada com zero votos contra e seis abstenções. -----

----- Concluída a apreciação e votação das actas, passou-se ao expediente. Como último ponto deste item, o senhor Presidente da Mesa informou o Plenário de que lhe foi enviada uma carta, com data de 27 de Fevereiro, subscrita por membros de todos os Grupos Municipais que integram a Comissão de Inquérito respeitante ao caso Riavagos versus Município de Vagos, criada pela Assembleia na sua anterior Sessão ordinária de 20 de Fevereiro. Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa informou que, nessa carta, se comunica que o vereador senhor Dr. Carlos Bento, num programa da Rádio Vagos FM, em 26 de Fevereiro de 2004, apelidou tal Comissão de “comissão fantoche”, o que consideram atentatório da dignidade dos que a compõem e da própria Assembleia Municipal, pelo que exigem uma reparação. Ainda no uso da palavra, o senhor Presidente deu conta ao Plenário que a Mesa da Assembleia, com o objectivo de contribuir para a superação deste desagradável incidente, teve uma reunião com os membros da referida Comissão, nos quais encontrou o melhor espírito de conciliação, relativizando o valor do assunto. Na sequência desta reunião, o senhor Presidente, em nome da Mesa, propôs ao Plenário a aprovação do seguinte: primeiro, um voto de repúdio pela qualificação inadequada da Comissão de Inquérito feita pelo vereador senhor Dr. Carlos Bento; segundo, a reafirmação da consideração pessoal por todos os membros da mesma Comissão e da confiança no empenho que põem nos seus trabalhos. -----

----- Estas propostas foram aprovadas por unanimidade. -----

----- De seguida, usou da palavra o senhor deputado Jorge Luís Oliveira, alertando para o perigo que constituem os cães abandonados, que recentemente atacaram uma pessoa na vila de Vagos. -----

----- O senhor deputado Fernando Vieira questionou o executivo se já há mais informações acerca da implantação obrigatória de “microchips” nalguns cães, o que pode ajudar a controlar os animais abandonados. Manifestou algum receio que este ano possam ocorrer fogos florestais, questionando a Câmara se está a ajudar na prevenção. A terminar, deu a conhecer à Assembleia o teor da sua participação no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, juntando vários documentos, que se arquivarão. -----

----- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira deu os parabéns ao senhor deputado Fernando Vieira pela atitude de informar a Assembleia acerca da sua participação no Congresso referido, afirmando que tal deveria acontecer, cada vez que alguém se desloque em representação da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu também os parabéns ao senhor deputado Fernando Vieira, afirmando esperar que esta atitude deixe de ser excepção e passe a ser uma regra. -----

----- O senhor deputado Vítor Silva informou a Câmara que no troço da EN 335, entre a Escola e o cruzamento da Árvore, ainda se encontram os sinais de impedimento de circulação, apesar de já ter acontecido a reabertura do troço. -----

----- O senhor deputado Fernando Capela iniciou a sua intervenção congratulando-se pela abertura do novo Posto Médico de Ponte de Vagos e do Serviço de Atendimento Prolongado em Vagos. Endereçou ainda felicidades ao novo Presidente da Direcção dos Bombeiros de Vagos, Eng. António Castro. De seguida, questionou o executivo acerca do estado da situação do PDM. Deu também os parabéns aos funcionários da Câmara pelos arranjos realizados no espaço do Santuário da Nossa Senhora de Vagos. Perguntou se as obras do novo Centro de Saúde se iniciaram, uma vez que há máquinas no local. Quanto ao IC1, mostrou-se agradado pelo ritmo a que as obras decorrem, questionando o executivo sobre a construção da variante de acesso à vila de Vagos. A terminar, manifestou preocupação com um panfleto anónimo que circula em Vagos, lembrando que Abril é tempo de pensar em liberdade, não sendo porém essa a forma mais correcta de fazer política, uma vez que ataca cobardemente as pessoas visadas. -----

----- O senhor deputado António Amaral abordou também a questão dos animais abandonados, que considerou preocupante, desejando saber se o executivo tem algo previsto para resolver o problema. -----

----- O senhor Presidente da Câmara mostrou-se de acordo com a intervenção do senhor deputado Jorge Luís Oliveira, mas afirmou desconhecer se existe legislação que obrigue os cães a usar um “microchip”. Quanto aos fogos florestais, a DRABL aprovou, através da Câmara Municipal, a realização de obras nas florestas, que incluem limpeza, reabertura de caminhos e talvez alcatroamento de vias. Essa candidatura, no valor de 740 000 Euros, está calendarizada para os anos de 2004, 2005 e 2006. Como o Presidente da Direcção dos Bombeiros é funcionário da Autarquia, o trabalho de prevenção já tem vindo a ser realizado. Outras iniciativas estão a ser negociadas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, que incluirão a abertura de pontos de água, de perímetros de protecção e postos de vigilância. No que respeita à sinalização na EN 335, ela é da responsabilidade da empresa, sendo que a Câmara fará diligências para que seja retirada. Quanto aos equipamentos de saúde, serão inauguradas as instalações do Posto Médico de Ponte de Vagos e as novas salas do Centro de Saúde de Vagos, que permitirão que o SAP funcione entre as 8 e as 20 horas, todos os dias. As obras do novo Centro de Saúde já tiveram, de facto, o seu início. Quanto ao PDM, está a ser apresentada uma nova proposta de perímetros para a Gafanha da Boa Hora, de acordo com a Comissão Nacional de REN e com a Comissão Técnica de Acompanhamento. No dia 6 de Maio haverá uma reunião intercalar e no dia 11 de Maio terá lugar a reunião final da Comissão Técnica de Acompanhamento. Para finais do mês de Maio terá lugar a reunião final com a Comissão Nacional de REN. Depois terá lugar a tramitação normal, que incluirá o momento de inquérito público. O trabalho no parque de Santa Maria de Vagos, feito por administração directa pelos funcionários dos armazéns, mereceu da parte do senhor Presidente da Câmara os parabéns. A variante de ligação a Vagos já foi acertada com o INAG, prevendo-se que ainda este ano se feche o processo e se iniciem as obras. Os panfletos anónimos não fazem sentido, numa altura em que existe liberdade de expressão e são um mau sinal das conquistas de Abril. A terminar, informou que houve uma solicitação da

associação “Vagueira Progresso”, juntamente com os serviços da Câmara Municipal de Viseu, no sentido de ser desbloqueado em terreno para que seja construído um canil. -----

----- O senhor deputado Fernando Capela solicitou que o senhor Presidente da Câmara abordasse a entrada do Município na GAMA e o Congresso da Ria. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que o Congresso decorreu com normalidade, tendo sido criada uma entidade que concentra em si as competências que actualmente se distribuem por quatro ministérios e outras entidades. Aguarda-se assim a publicação em Diário da República, bem como o desbloquear de verbas e a criação da estrutura técnica para que possa haver uma nova gestão da Ria. Além disso, foi a ocasião de demonstrar que as pretensões dos municípios na sua relação com a Ria são justas e equilibradas. O Plano Intermunicipal, para o qual a Câmara apresentou vinte e oito propostas, vai entrar em fase de inquérito, sendo importante que todos os deputados participem nessa fase. A GAMA foi oficializada, dependendo agora o seu sucesso do trabalho dos municípios, na elaboração de projectos, e do governo, na afectação de verbas. O que poderá ser mais fácil, já que o IV QCA será distribuído pelas Associações de Municípios.

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre dezasseis de Fevereiro e dezanove de Abril de dois mil e quatro, bem como a informação financeira à data de dezanove de Abril de dois mil e quatro. -----

----- O senhor deputado Fernando Capela questionou sobre a segunda fase do arranjo da Praça Central da Vagueira. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que diz respeito à extensão da Praça até aos edifícios situados a sul, deixando de haver trânsito em frente aos estabelecimentos comerciais, e com a aquisição de mobiliário urbano. -----

----- O senhor deputado Décio Cardoso questionou sobre a pavimentação da estrada que liga Ervedal a Rio Tinto, considerando que ainda são muitas as dificuldades para o trânsito dos ligeiros e esperando que a pavimentação seja aperfeiçoada. De seguida, alertou para o facto de muitos poços terem secado, em virtude das obras do IC1, lembrando que foi feita uma reunião com os responsáveis da obra, que se comprometeram, não havendo no entanto nenhum documento que oficialize esse compromisso. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que a estrada em questão será pavimentada assim que terminarem as obras do IC1, que para lá desvia trânsito de pesados. Quanto ao problema dos poços, está acautelado de duas formas: no Relatório de Conformidade Ambiental e numa acta resultante de uma reunião que juntou a Câmara, a Junta de Freguesia e as concessionárias. -----

----- **PONTO DOIS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que estes documentos dão conta de uma melhoria gradual dos índices, sinal de uma gestão positiva. Registaram-se melhorias nas taxas de execução, na transferência de fundos comunitários e reduziram-se as despesas correntes, nas despesas de capital. Estas melhorias poderão acentuar-se nos próximos anos, já que este executivo teve de respeitar compromissos anteriormente assumidos e continuar vários projectos que estavam em curso. O Plano tem vindo a ser aproximado da realidade e do que foi projectado e votado pelos munícipes. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa referiu que as contas são objectivas mas são passíveis de uma análise política. Apesar da taxa de execução orçamental se situar ligeiramente acima dos 50%, o mesmo não acontece com o

investimento. Aumentaram as responsabilidades financeiras sem que isso se traduzisse num aumento das obras. Quanto à educação, continua sem os investimentos devidos, esperando-se um aumento para o ano de 2004. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado salientou o aumento em 12,2% da receita bruta, o crescimento de 68,7% das receitas do QCA. O aumento das transferências para as Juntas de Freguesia é também uma atitude positiva, por se apresentar mais eficiente. As despesas de investimento aumentaram 16,5%, ao passo que o endividamento a curto prazo não aumentou. Poderia ter aumentado, caso o encaixe da venda do antigo Estádio Municipal tivesse ocorrido mais cedo. A taxa de execução, não sendo ainda ótima, melhorou em relação aos anos anteriores, estando este executivo no caminho certo. -----

----- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira realçou os aspectos positivos, como o crescimento do investimento, das transferências correntes para as freguesias, um aumento dos fundos europeus investidos no concelho, cuja captação é muito importante. No entanto, não se pode falar numa execução superior a 50%. As despesas correntes são fáceis de prever e de executar. Mas no resto só houve uma execução de cerca de 30%, não porque não tenha havido obras mas porque se continuam a fazer orçamentos empolados. Lamentavelmente, na Educação, houve uma execução de cerca de 3%. Na Cultura, não fossem as obras no Centro Social de Fonte Angeão, pouco teria sido executado. No que respeita a obras de drenagens, jardins e estradas, e mesmo na Zona Industrial, muito ficou por executar. No Turismo o investimento foi nulo. No entanto as melhorias são evidentes, esperando-se que os próximos orçamentos sejam mais próximos da realidade; ambiciosos mas exequíveis. -----

----- O senhor Presidente da Câmara enalteceu a atitude do senhor deputado Jorge Luís Oliveira, em abordar também os pontos positivos do Relatório de Contas. Mas referiu que não é fácil nem pode ser rápido passar para taxas de execução elevadas, recordando que a taxa de execução de 2001 foi de 18,9%, ao passo que a actual é de 32,9%. Apesar de tudo, o esforço está a ser feito e a produzir resultados. Este executivo foi o que mais investiu em escolas e, indirectamente, no Turismo; mas muitas das vezes por acção de administração directa, realizados pelos serviços camarários. Não é por isso verdade que nada tenha sido feito na Cultura ou na Educação. Na rubrica das despesas com pessoal devem ser tidas em conta as horas extraordinárias, necessárias para que se cumpram, com sucesso, muitas actividades. Além disso, permitem melhores condições de vida aos próprios funcionários, já que são um acréscimo aos seus salários. O concelho ainda não se pode dar ao luxo de ter grandes despesas de investimento; mas também não fará investimentos que não puder pagar, para não prejudicar as empresas com quem efectuar negócios. -----

----- O senhor deputado Fernando Capela afirmou que o relatório não é ainda o ideal mas que a Câmara fez um esforço para melhorar e tem conseguido. Apesar de tudo, vêem-se obras por todo o concelho: na Ponte de Vagos, por exemplo, construiu-se o Posto Médico e estão a decorrer as obras no largo da Betel. Em Santa Catarina notam-se várias melhorias, bem como em Salgueiro, na zona escolar, na rua da banda Vaguense, no arranjo do parque infantil em Santo António e no abastecimento de água, concluindo que se está a ver Vagos de outra maneira. -----

----- O senhor deputado António Nunes usou da palavra para falar de espírito de contradição pelo facto de o executivo dizer que não encontrou projectos do executivo anterior na Câmara, mas de ter vindo a realizar obras que vinham do mandato anterior. Elencou ainda um conjunto de obras em Santa Catarina que, estando em plano de actividades, têm vindo a ser adiadas, enquanto se vêm fazendo obras que não estão em plano. Contestou ainda a forma de construção dos passeios que, apesar das sugestões, continuam a ser mal construídos. -----

----- Em resposta o senhor Presidente da Câmara afirmou que foram construídas mais obras em Santa Catarina nos últimos dois anos que nos quatro anteriores, e que o único projecto suspenso foram os Paços do Concelho.

Quanto aos passeios de Santa Catarina referiu que lhe parecia serem obra da Junta de freguesia, remetendo explicações para depois da averiguação da situação. Disse também que há obras com execução física que não têm ainda execução financeira. -----

-----O senhor José Luís Santos usou da palavra como Presidente da Junta de Santa Catarina para dizer que os passeios foram executados segundo parecer do Senhor Engenheiro Jorge Almeida, da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Jorge Luís Oliveira sugeriu um maior rigor na elaboração nos planos de actividades para atingir uma maior taxa de execução. Referiu que o plano de 2004 cresce bastante em diversas rubricas em relação ao de 2003, sendo portanto pouco realista. -----

-----A senhora deputada Dulcília Sereno disse que durante quatro anos aprovou planos e que na sua freguesia nunca foi feito nada, pelo que o senhor Nunes não tem razão para falar. -----

-----O senhor Fernando Capela referiu que passa muitas horas a visitar todo o Concelho para conhecer aquilo de que fala. -----

----- A senhora deputada Helena Marques afirmou que o senhor Nunes dizia outrora que não se devia falar do passado, mas que agora só fala do passado. -----

----- O senhor António Nunes disse que, se falou no passado, foi a isso obrigado pelo Senhor Presidente, e que agora há contradições entre os que dizem que não se fazia lá nada e os que dizem que se fazia lá tudo no anterior mandato. E perguntou se o senhor Capela viu as obras por realizar na Rua da Fonte da Costa. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor Jorge Luís que há um esforço real de aproximação do Plano de Actividades à realidade, embora não se faça de um dia para o outro. Ao senhor Nunes afirmou que o projecto de saneamento de Santa Catarina está a ser feito, e que os arranjos só vão ser feitos após o saneamento. -----

----- Passando à votação do ponto número dois, foi o mesmo aprovado com zero votos contra, doze abstenções e dezoito votos a favor. -----

----- **PONTO TRÊS – PARECER À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA – DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 20-02-2004** -----

----- Foi o tema apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, que disse trazer o assunto à Assembleia para informação, dado que esta Assembleia tinha ordenado este pedido de parecer. -----

----- No uso da palavra, o senhor Jorge Luís perguntou se o pedido tinha ido para outros organismos, respondendo o Senhor Presidente que tinha ido também para o IGAT e para o Tribunal de Contas. -----

----- A senhora Luísa Costa referiu que o pedido de parecer, sendo oportuno, é no entanto opinativo e conclusivo, devendo ser omitidos os considerandos despropositados. -----

----- O senhor Fernando Capela louvou o Senhor Presidente da Câmara por este trabalho, afirmando que contém apenas os factos. -----

----- A senhora Luísa Costa voltou a usar da palavra para dizer que gostava de tomar conhecimento e ver o projecto relativo aos terrenos em causa, se ele existe na Câmara. -----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara que os considerandos são muito poucos e vêm especificados. Sobre o projecto disse que o que existe é um plano de intenções. -----

----- O senhor deputado Paulo Frade questionou a omissão da sentença do Tribunal da Relação, favorável à Câmara, bem como a falta de esforço deste executivo para negociar com a empresa em condições vantajosas, bem como a condenação dos autarcas na sequência do negócio. -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu que não vem referida nenhuma das sentenças, e que a este executivo nunca foi dada oportunidade de negociar, pois a Riavagos não mantém diálogo. -----

----- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE ACORDO JUDICIAL NO PROCESSO DO PARQUE DE CAMPISMO DA VAGUEIRA -----

----- O senhor Presidente da Câmara, começando por explicar que o senhor José Arlindo, na sua proposta, considera necessária a aprovação da Assembleia Municipal, e não foi ainda a sessão de Câmara por falta de oportunidade. O Senhor Presidente leu o parecer jurídico do advogado da Câmara, onde se referia uma proposta com duas alternativas, na primeira das quais a Câmara ficaria com o Parque de Campismo pagando ao senhor José Arlindo a quantia de cerca de quatrocentos e oitenta e um mil contos; na segunda alternativa, senhor José Arlindo ficaria com o Parque de Campismo e quinze hectares de terreno adjacente, que numa segunda versão passaram a vinte hectares. O parecer contém ainda um historial da situação do Parque de Campismo. -----

----- Por ser meia-noite, o senhor Presidente da Assembleia perguntou aos senhores deputados se viam algum inconveniente em continuar os trabalhos. Dado que ninguém se opôs, continuou a discussão do assunto. -----

-----A porta-voz do Grupo Municipal do CDS/PP apresentou à Mesa um requerimento a pedir a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, dado que ainda não foi apreciado pela Câmara Municipal, nem existe informação suficiente para a Assembleia Municipal se poder pronunciar. -----

----- O porta-voz do Grupo municipal do PSD considerou inoportuna esta proposta, dada a proximidade do julgamento do caso, e propôs a desistência da acção, ficando tudo como está, ou seja, entregando ao senhor José Arlindo o Parque de Campismo sem mais terreno. -----

----- Colocado à votação o requerimento do CDS/PP, foi este aprovado com dezassete votos a favor, onze votos contra e uma abstenção. -----

----- O senhor deputado Fernando Capela declarou que fica bem claro que o CDS e o PS assumem a responsabilidade do que vier a acontecer. -----

----- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira declarou que sempre assumiu a responsabilidade das suas posições; e justificou o seu voto “pelo facto de a Assembleia não ter elementos nenhuns, não ter conhecimentos do desenvolvimento dos processos que têm decorrido, não conhecer os pareceres do jurista da Câmara”. De seguida, teceu algumas considerações sobre a situação do Parque, sobre as suas chamadas de atenção para acompanhamento do assunto e sobre a falta de empenhamento dos executivos municipais em o fazerem. -----

----- O senhor deputado António Nunes declarou que votou favoravelmente o requerimento porque sempre foi contra a venda do parque, o qual foi construído quando era vereador, e que lhe parece ter havido favorecimento pessoal na venda, pelo que quem criou o problema é que o deve resolver. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa disse que um assunto tão importante para o Concelho não pode ser discutido e votado sem as necessárias informações, razão pela qual votou favoravelmente a proposta de retirada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para acrescentar que são estas as propostas que tem, e que não há tempo para a Assembleia Municipal autorizar a Câmara a negociar com o senhor José Arlindo antes do julgamento do caso, portanto o processo vai a julgamento e a Câmara Municipal aceitará as consequências da decisão judicial. -----

----- O senhor Silvério Regalado citou a acta da Assembleia Municipal que autorizou a venda do parque de campismo, referindo que não houve votos contra. -----

----- O senhor Jorge Luís referiu que nunca foi contra a venda do parque, mas contra o modo de venda, que não tem dúvidas nenhuma de que foi irregular, e que além disso a Câmara teve um mês para se debruçar sobre o assunto e não o fez, e agora queria que a Assembleia Municipal se pronunciasse sem elementos. -----

----- O senhor Silvério Rua perguntou ao senhor Presidente da Câmara quem é o proprietário do Parque de Campismo e quem é que meteu a acção em tribunal. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara que a seu ver o Parque é do senhor José Arlindo e que foi a Câmara que meteu a acção. -----

----- **PONTO QUINTO – MARCAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA MAIO DE 2004.** -----

----- Por acordo de todos os presentes, foi a Sessão extraordinária marcada para o dia vinte e oito de Maio, apontando-se a próxima sessão ordinária para o dia vinte e cinco de Junho. -----

----- **PONTO SEXTO – EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA GÂNDARA.** -----

----- A solicitação do senhor Presidente da Câmara, foi aceite por unanimidade integrar este ponto na Ordem do Dia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara explicou que, por proposta dos Executivos que integram esta Associação, se pretende extinguir a mesma, por não haver projectos comuns. -----

----- O senhor deputado António Nunes afirmou que durou pouco tempo até lhe darem razão. -----

----- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira colocou a seguinte questão: “como vão sobreviver estes três concelhos sem esta Associação?” -----

----- Colocado à votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

----- De imediato, o segundo secretário procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou a minuta da acta à votação. A mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- E, nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----